

## RESISTÊNCIA INDÍGENA EM CHIAPAS

*Kalna Mareto Teao*

Graduada em História pela UFES

O estudo da realidade indígena de Chiapas significa ao mesmo tempo refletir acerca do papel que os indígenas ocupam no mundo e a forma como estão se instrumentalizando para a preservação de suas culturas. Neste trabalho pretendemos analisar os indígenas de Chiapas enquanto atores sociais que buscam uma nova forma de atuação política diante da ausência de perspectivas no presente.

Quando se fala em indígena, a imagem para a qual nos remetemos é a do exótico, o indígena relacionado ao turismo ou o artesanato. Porém a importância do indígena em todo o mundo se reflete através dos seguintes dados. Segundo Ian Chambers, diretor da Oficina para Centro-América da OIT (Organização Internacional do Trabalho), a população indígena no mundo é de 300 milhões de habitantes e a área que ocupam equivale a 60% dos recursos naturais em todo o mundo.<sup>1</sup>

Para Martha García, o conflito pela posse das terras indígenas entre governos e empresários se explica pelo controle dos recursos naturais. Ela aponta ainda que o turismo e a exploração do petróleo são causas que comprometem a sobrevivência indígena nas Américas.<sup>2</sup>

1. Ian Chambers apud subcomandante Marcos. A Quarta Guerra Mundial já começou, Junho de 1997, in: FÉLICE, Máximo Di. MUNOZ, Cristóbal. *A revolução invencível. Cartas e comunicados do EZLN*. São Paulo: Boitempo, 1998, p.15.

2. Martha Garcia apud sbcomandante Marcos. A Quarta Guerra Mundial já começou, junho de 1997, in: FÉLICE, Op. Cit, p.205.

Em todo o México, os indígenas ocupam 14% da população total de 81.249.646 habitantes. Em Chiapas, representam mais de um terço da população de 3,5 milhões de habitantes.<sup>3</sup>

Através desses dados podemos perceber como os indígenas são importantes na sociedade mexicana, não só no aspecto demográfico, mas no que diz respeito ao aspecto econômico. A disputa do governo e empresários pela posse das terras indígenas é ocultada diante da imagem que se constrói sobre essa etnia como entraves ao desenvolvimento econômico do capitalismo. Por isso a exclusão social a que são submetidos torna-se necessária como mecanismo de destruição desses povos. Diante disso, o mesmo sistema que busca destruir a identidade cultural indígena, acaba por reforçá-la, na medida em que os indígenas percebem-se como atores políticos que buscam reverter sua situação de pobreza e miséria. Os indígenas de todo o mundo vêm se conscientizando do papel que ocupam na sociedade contemporânea e por isso buscam resistir diante da ameaça econômica sobre suas culturas.

Nessa perspectiva, os indígenas de Chiapas estão se instrumentalizando para a defesa de suas culturas diante da ameaça econômica do neoliberalismo. No entanto, o levante realizado em janeiro de 1994, através do EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) é apenas uma das formas de resistência indígena ocorridas na história desse estado. Os povos de Chiapas apresentam um mecanismo de resistência ativado quando sua cultura se vê ameaçada pela economia. Esse mecanismo de resistência é demonstrado em diversos períodos da história. Vamos analisar brevemente alguns casos de rebeliões indígenas em Chiapas no período colonial, no período que precede a Revolução Mexicana e o levante surgido em janeiro de 1994.

Para Máximo Di Féllice:

“As rebeliões indígenas e camponesas em Chiapas e em todo o México, depois da conquista espanhola, fazem parte de uma resistência histórica exercitada há séculos por estas comunidades, em defesa dos próprios direitos, da própria cultura, da própria língua, da própria religião... da própria vida.”<sup>4</sup>

<sup>3</sup>FÉLICE, Op.cit, pp.14-16.

<sup>4</sup> Ibid, p.15.

No período colonial, destacou-se dentre várias rebeliões o caso de Cancuc, em Chiapas. Em 1712, uma indígena de origem tzeltal disse ter recebido inspiração da virgem Maria e esta lhe revelou que Deus e o rei estavam mortos. A notícia da visão da indígena rapidamente se espalhou para os povoados vizinhos de Simojovel, San Bartolomé e Zinacantan.

Essa rebelião indígena aliou instrumentos como as visões de símbolos católicos com a insatisfação dos povos de Cancuc diante da dominação espanhola na região. A morte de deus e do rei significava respectivamente o fim da dominação eclesiástica e da dominação da Coroa espanhola sobre os indígenas.

A colonização espanhola em Chiapas se deu através do sistema de repartimiento que consistia em um modo de sistema tributário em que as comunidades indígenas se auto-sustentavam e produziam o excedente destinado às minas e às cidades. Os indígenas eram sorteados para o trabalho nas minas e nas fazendas durante o período de três meses a um ano.

O sistema de repartimiento obrigava os indígenas a se deslocarem constantemente de suas terras para buscar produtos e novas terras para os espanhóis. A migração também decorria da ausência de recursos indígenas para a tributação espanhola. Os índios de Chiapas eram tão pobres que não tinham como pagar os sacramentos da Igreja, como os batismos e as missas. Além da situação de exploração, os indígenas sofriam com as epidemias de gripe e varíola, que resultavam em diminuição populacional.

A resistência indígena no período colonial vai se efetivar através da utilização dos elementos da época, como as visões e as idolatrias, recursos importantes para os levantes.

No período que precede a Revolução Mexicana, destaca-se a rebelião indígena de Chilón, em 1848, ocasionada devido à questão das terras comunais indígenas ou ejidos. A partir das Reformas Liberais durante o século XIX, o governo mexicano concentrou seus esforços na transformação dos ejidos em grandes propriedades destinadas à economia agroexportadora. Para o capitalismo incipiente no México, fazia-se necessário abolir as formas de propriedade comunal e transformá-las em propriedades privadas.

No entanto, ao passo que os grandes proprietários viam-se beneficiados pelas reformas liberais, os indígenas perdiam a posse sobre as terras comunais devido à ausência de recursos para mantê-las e à falta de conhecimento sobre a legislação de terras. Os indígenas foram submetidos ao trabalho nas grandes propriedades como peões, arrendatários e jornaleiros. A nova estrutura

econômica alterava a sociedade e a cultura indígena, ocasionando rebeliões em torno da defesa dos ejidos.

A questão da defesa das propriedades comunais vai persistir através dos tempos. Para os indígenas, o ejido consiste não apenas no local que lhe atribui a sobrevivência econômica, mas também naquele que lhe atribui identidade cultural. Dessa forma, as terras comunais indígenas serão o principal ponto de reivindicação de Emiliano Zapata e das comunidades do sul do México durante a Revolução Mexicana. O problema a ser enfrentado pelos zapatistas, em 1910, era a restituição das terras comunais. Os indígenas vão recorrer à luta armada durante a Revolução Mexicana. E a luta pela restituição dos ejidos se tornou o artigo 27 da Constituição Mexicana que garante a distribuição e a manutenção dos ejidos.

Com a inserção do México no NAFTA, a questão dos ejidos novamente vem à tona. Uma das principais condições para que o acordo econômico vigorasse era a abolição do artigo 27 da Constituição Mexicana. Essa condição foi o estopim para a eclosão do neozapatismo, em janeiro de 1994. O impacto das exigências do neoliberalismo refletiu-se diretamente nas comunidades de Chiapas e os indígenas, diante desse fato, passaram a ocupar um novo papel na sociedade mexicana, como opositores políticos e símbolos de uma nova esquerda.

A eclosão do neozapatismo demonstra uma realidade regional indígena. Chiapas, em contraposição, uma realidade virtual, a inserção do México ao NAFTA. Para o desenvolvimento do neoliberalismo, faz-se necessário destruir os seus entraves, no caso de Chiapas, a propriedade comunal.

Além do problema das terras comunais, os indígenas de Chiapas enfrentam a precariedade dos serviços de infra-estrutura (água, luz e esgoto), o desemprego, o analfabetismo, a fome, a miséria e doenças como a desnutrição que atinge 88,6% das crianças.<sup>5</sup>

O levante do EZLN é resultado de uma combinação de fatores, como a situação de exclusão social indígena, a insatisfação com o regime de governo priista (relacionado ao PRI - Partido Revolucionário Institucional) e a ação do neoliberalismo sobre a cultura indígena e a sociedade mexicana, de forma geral.

5 FUSER, Igor. México em transe. São Paulo: Scritta, 1995, pp. 57-58.

Os indígenas e o EZLN revelam a realidade de Chiapas, mas também buscam articulá-la à realidade mexicana, propondo discussão sobre as fraudes eleitorais e a corrupção no governo de Salinas de Gortari, a ditadura do PRI, os problemas sociais decorrentes da inserção do México ao NAFTA e a ação do neoliberalismo e da globalização numa perspectiva mundial.

A articulação da realidade de Chiapas com a realidade mexicana faz parte de uma das estratégias políticas adotadas pelo EZLN. Embora seja majoritariamente indígena (80% dos componentes do EZLN são indígenas e 33% são mulheres), seus participantes compreendem que canalizar o apoio da sociedade civil nacional e internacional garante o respaldo político deste movimento social. Nos comunicados indígenas e do EZLN, os diversos grupos sociais são conclamados a participar do movimento, como os idosos, as mulheres, os homossexuais, os sem-teto, os professores, os camponeses, os desempregados e os universitários.

O EZLN vêm sendo interpretado como uma nova alternativa política e uma nova esquerda. Essa atribuição decorre da adoção de estratégias políticas, como: a definição de um programa político claro, a valorização da palavra como arma, a utilização de novas tecnologias, como a internet, a legitimidade constitucional, o embasamento histórico, o apoio da sociedade civil e o questionamento do poder instituído em relação a sua forma e a sua legitimidade.

Desde a Primeira Declaração Da Selva Lacandona, o EZLN apresentou um claro programa político, contendo reivindicações indígenas que se concentram em 11 pontos, a saber: o trabalho, a terra, o teto, a alimentação, a saúde, a educação, a independência, a democracia, a liberdade, a justiça e a paz. A utilização da palavra se dá em diversos meios, como livros, a mídia, a internet e encontros pela humanidade e contra o neoliberalismo. A divulgação da informação se faz necessária a todo o instante, visto que os governos mexicanos, tanto o de Salinas de Gortari, como o de Ernesto Zedillo, classificaram os membros do EZLN como “não indígenas”, guatemaltecos e salvadorenhos”, “estrangeiros” e “profissionais da violência”. Além disso, era evidente sua tentativa de desmobilizar o movimento indígena de diversas formas: implantando o alcoolismo e as drogas nas comunidades indígenas, utilizando a violência através do cerco militar, dos grupos paramilitares e das milícias armadas dos fazendeiros.

Se, por um lado, os governos priistas agiram de forma a desestruturar o movimento indígena, o EZLN buscou também colocar em questionamento a legitimidade do poder instituído através de críticas à ditadura priista que

durou 71 anos, as fraudes eleitorais de 1988 que garantiram a vitória de Salinas de Gortari, os casos de corrupção e os acordos econômicos entre Estados Unidos e México.

Nos comunicados indígenas e do EZLN, o retorno ao passado serve como forma de lembrar as origens indígenas, valorizando as culturas dos povos de Chiapas. Há ainda um resgate às suas tradições, a forma de organização comunal e a signos da Revolução Mexicana, como Emiliano Zapata. O passado atua como um embasamento político de não esquecimento da situação indígena e como um elemento que resgata a resistência indígena.

Mas não é somente a História que aparece como embasamento do EZLN. A Constituição Mexicana é constantemente retomada nos comunicados, nos quais são citados o artigo 27, que se refere aos ejidos, e o artigo 39, concernente ao direito do povo de alterar e modificar a forma de governo. Os indígenas buscam também garantir a inserção de seus direitos na Constituição em questões relativas à autonomia indígena, à manutenção dos ejidos, à proteção da identidade cultural, dos direitos políticos e sociais.

A questão da autonomia para os indígenas suscita muitas discussões. Da data do levante em 1994, até 1999, as comunidades indígenas declaradas rebeldes somavam 32 municípios. Em cada comunidade há um governante eleito a cada três anos através de assembleias de moradores. As áreas de educação, saúde e vigilância são representadas por conselhos municipais eleitos democraticamente. A autonomia indígena é vista pelo governo como uma ameaça à soberania nacional, um caso de separatismo. No entanto, o que os indígenas defendem é a sua própria forma de governo baseada na liberdade e na democracia.

A resistência indígena em Chiapas deve ser analisada do ponto de vista histórico, para sua melhor compreensão. Além disso, o movimento social de Chiapas, representado pelo EZLN, constitui uma nova forma de atuação política neste limiar do século XXI porque não somente revela a situação indígena dessa região como transforma a visão sobre o indígena, tornando-o um elemento ativo na sociedade mexicana, que, para resistir culturalmente, apóia-se em novas ferramentas, como a internet, sem perder de vista a sua etnia e a sua história. O EZLN não se constitui como um movimento social representativo apenas de uma etnia, mas articula os interesses políticos dos indígenas com os interesses políticos da sociedade mexicana como um todo. E nisso reside sua importância.

• • •

## BIBLIOGRAFIA

CUNHA, M. C. da. Etnicidade da cultura residual mas irreductível. In: *Antropologia do Brasil. Mito, história e etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FÉLICE, M. & Di. MUNOZ, C. *A revolução invencível. Cartas e comunicados do EZLN*. São Paulo: Boitempo, 1998, p.15.

FUSER, I. *México em Transe*. São Paulo: Scritta, 1995.

NUNES, A.. *As Revoluções no México*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

WASSERSTROM, R. *Clase y sociedad en el centro de Chiapas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

Site oficial do EZLN: [www.ezln.org/news](http://www.ezln.org/news)